

**Título: Desenvolvimento sustentável, mudança e desenvolvimento econômico no Brasil****Anita Kon**

Texto para discussão a ser enviado para publicação no livro *Desenvolvimento econômico no Brasil: desafios e perspectivas* (co-autoria com Elizabeth Borelli. Editora Appris, Curitiba, 2016. ISBN 978-85473-0201-6.

TD EITT – 09/09/2015

**INTRODUÇÃO**

Após a última crise financeira mundial no final da primeira década de 2000, as discussões sobre a recuperação econômica trouxeram a consciência da necessidade de repensar a realidade econômica dos países e do mundo através de um olhar crítico sobre as práticas de produção e consumo. Neste contexto, além das mudanças no modelo econômico globalizado e nos sistemas que unem os processos produtivos e financeiros dos países, ganhou força – paralelamente às discussões sobre a recuperação econômica e o desenvolvimento em cada espaço – a consciência da necessidade de economizar recursos naturais esgotáveis e de recuperar a deterioração ambiental acelerada, ou seja, o desafio dos países de se dirigirem a economias mais limpas de baixa emissão de carbono.

Mundialmente o pensamento inovativo mobilizou a intensificação dos estudos e pesquisas para a identificação de medidas e estratégias de políticas públicas que conduzissem a economias “verdes”, acabando por identificar um “Paradigma de Crescimento Verde” (OECD, 2010 a), um modelo de conduta estruturado a partir dos esforços de agregar ciência, tecnologia, grupos comunitários e governos para estabelecer objetivos e metas ambientais para uma política de desenvolvimento socioeconômico sustentável. Nesse contexto, as abordagens puramente regulatórias vêm sendo acompanhadas por medidas de ação efetiva e pela criação de instituições sociais, jurídicas e econômicas, que ainda se encontram em um estágio inicial de evolução.

Como observados pelos especialistas, o novo paradigma de desenvolvimento sustentável é de complexa efetivação na medida em diz respeito a campos científicos diversos, ou seja, a uma multidisciplinaridade, que requer para sua compreensão, o estudo dos comportamentos humanos econômicos e sociais, feito nos âmbitos da Sociologia, da Economia, Administração, da Psicologia, da Agronomia e de outras áreas do conhecimento. Especificamente com relação ao conhecimento da evolução da natureza, o estudo é o objeto das ciências

biológicas, físicas e químicas e, finalmente, recebe prioridade o estudo da configuração social do território, de que se ocupa a Geografia.

Ao lado da crescente percepção, tanto na esfera política quanto comunitária, da necessidade de reduzir os efeitos nocivos das atividades humanas sobre o meio ambiente, aparece a questão da premência de reduzir os efeitos negativos do novo paradigma sobre o mercado de trabalho e de aproveitar os efeitos positivos para a criação de empregos verdes. Nesse sentido, a questão crucial a ser enfrentada é observar de que forma as novas condutas dirigidas à efetivação do novo paradigma e à ação direta de políticas públicas irão afetar os mercados de trabalho, as forças de trabalho e os atores sociais em cada nível local (Potts, 2010).

No entanto, como enfatiza a OIT (2010) ainda não é plenamente conhecida a dinâmica da criação de empregos verdes, mas algumas questões cruciais já estão detectadas, como, por exemplo, existe a consciência de que a adaptação dos mercados de trabalhos para a criação de mais empregos decentes e verdes em uma economia requer o aprimoramento dos sistemas educacionais e de treinamento, paralelamente ao apoio a tipos de ocupações com características novas, sobre as quais ainda existe pouco conhecimento da dinâmica de criação, bem como de adaptação para a transição no sentido de uma economia sustentável.

Os investimentos públicos na economia “verde”, que incluem eficiência energética, criação de energia renovável, e outros métodos de preservação e manutenção de recursos naturais, apresentam impactos permanentes sobre os mercados de trabalho, no que se refere à estruturação ocupacional, nos níveis e nos diferenciais salariais, nos requisitos de capital humanos exigidos, entre outros efeitos. Estes investimentos devem ser programados no contexto dos objetivos sócio-econômicos mais globais que os países enfrentam para a retomada do desenvolvimento após a crise.

A questão ambiental já vinha sendo discutida no Brasil desde os finais dos anos 1980 através da criação da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA). Como uma série de países de vários níveis de desenvolvimento, desde a década de 1990 o Brasil tem se comprometido internacionalmente com a procura de medidas de sustentabilidade, que resultaram na elaboração da Agenda 21, publicada em 2004. No entanto, com relação ao mercado de trabalho, questões prioritárias relacionadas à busca de equilíbrio macroeconômico, tem retardado a definição de medidas mais prementes para a elevação da representatividade de empregos decentes, de acordo com a concepção da OIT condição básica para a criação de empregos verdes.

Esta publicação tem o objetivo de analisar as premissas da discussão sobre as características da busca desenvolvimento sustentável no Brasil, especificamente investigando os impactos sobre o mercado de trabalho e o potencial de criação de empregos verdes. A primeira parte visa consolidar a discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável na literatura disponível, que se inicia pelas mudanças conceituais pelas quais passou a idéia de crescimento sócio econômico e prossegue com o exame do processo de institucionalização do apoio ao desenvolvimento sustentável no mundo e especificamente no Brasil. Neste contexto é salientada a questão da multidisciplinaridade que envolve a busca pela sustentabilidade, que envolve agentes públicos, mas também resulta da atitude das empresas com relação a esta questão.

A segunda parte se debruça sobre os impactos do processo de transição de uma economia que busca a sustentabilidade sobre o mercado de trabalho, especificamente sobre a criação de empregos verdes, onde o papel do capital humano é visto como prioritário para o apoio à consecução desta transição. Neste contexto são definidas atividades e ocupações que apresentam maior potencial inicial de criação de empregos verdes; por se tratar de matéria relativamente nova, esta definição ainda é sujeita a profundas discussões, mesmo em nações reconhecidas por seu pioneirismo.

Definidos estas ocupações e setores, a parte seguinte da publicação trata da distribuição dos empregos verdes no mundo nestes setores, resumidos como setores voltados a energias renováveis, transportes, indústria de base e setor Primário. Finalmente, a última parte investiga o perfil do mercado de trabalho brasileiro, a situação e o potencial de criação de empregos verdes no Brasil especificamente, o que constitui um desafio para as políticas públicas, mas também dos agentes privados.

O mapeamento do contingente de trabalhadores alocados em áreas consideradas geradoras de empregos verdes no Brasil é incipiente e as informações disponíveis são escassas. Algumas classificações recentes são encontradas no Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em que são divulgadas informações oriundas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)<sup>1</sup> e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)<sup>2</sup>, base de dados nacionais disponível que se

---

<sup>1</sup> Instituída pelo decreto nº 76.900 de 2 de dezembro de 1975.

<sup>2</sup> Criado pela Lei nº 4.923 de 23 de dezembro de 1965.

mostrou viável à pesquisa empírica para o período 2006 a 2008, ainda que não as classifique especificamente enquanto “profissões verdes”. Outra pesquisa da OIT Brasil realizada também a partir da RAIS apenas para o ano de 2008, traz informações acerca da representatividade dos empregos verdes no país.

É necessário salientar que o objetivo principal deste estudo em um primeiro momento, é o próprio convite ao debate científico sobre visto tratar-se de uma discussão incipiente no mundo do trabalho contemporâneo. Por outro lado, o exame da situação brasileira especificamente visa fornecer um diagnóstico da questão no país, como subsídio para as políticas públicas e privadas.

(?) Como salienta a OIT (2008, pg. 3), o ritmo de criação de empregos verdes tende a se acelerar no futuro. A transição global para economias sustentáveis e de baixa emissão de carbono, pode criar um grande número de empregos verdes distribuídos por vários setores econômicos e pode se tornar o motor da recuperação da crise e da retomada do desenvolvimento.

(?) Ressalte-se que todo processo de transição para uma economia verde encontra-se num ritmo de constantes e profundas transformações, resultando em novas tecnologias e possibilidades até então desconhecidas. Ainda mais vital é considerar-se que toda esta discussão ambiental não está mais circunscrita a pequenos nichos de biólogos, ambientalistas, ou acadêmicos em geral, mas alcançam, hoje, governos inteiros e entidades das mais diversas, de base econômica, política, social, que passaram a considerar a simbiose entre desenvolvimento, ambiente e geração de emprego, como o norte da sustentabilidade (Sugahara, 2010).

### **1.1 Considerações iniciais (juntar com introdução?)**

No cenário mundial contemporâneo é observada a decorrência de múltiplas transformações de ordem econômica, política, social e cultural que, por sua vez, estimulam o aparecimento de novos modelos de relações entre instituições e mercados, organizações e sociedade. A crescente e intensa globalização socioeconômica, que impera na atualidade, significa uma integração internacional da produção, mercados, hábitos sociais e culturais. Porém, implica também em exclusão e ampliação do atraso relativo para as nações que não apresentam condições de se inserirem de modo satisfatório no processo de mundialização e muito menos no contexto de um desenvolvimento continuado.

O aumento da competitividade internacional das empresas e do avanço tecnológico, que culminou na transnacionalização da produção e na globalização econômica, vem conduzindo ao crescente desgaste ambiental e à polêmica sobre os limites do crescimento mundial. A ideia do Desenvolvimento Sustentável surgiu a partir desta constatação, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e ainda, com a diminuição da pobreza e da má distribuição de recursos no mundo.

No âmbito das atuais tendências de relacionamento entre os participantes deste contexto, verifica-se, de modo crescente, a aproximação dos interesses das organizações produtivas privadas e da sociedade, o que resulta em esforços múltiplos para o atendimento de objetivos compartilhados. Novos modelos de organizações emergem como reflexo da convergência entre metas sociais e econômicas, com a preocupação com a elevação do padrão de qualidade de vida de suas comunidades. As empresas, como “organizações–cidadãs”, com esta finalidade recebem a incumbência de desenvolverem um processo de responsabilidade social em suas tomadas de decisão.

No entanto, apesar da intensificação, dos debates a respeito de novas formas de consecução do desenvolvimento sustentável, na atualidade, bem como da ideia da nova ética empresarial, ainda não está devidamente instaurada a conscientização sobre a premente necessidade de integração destes dois processos, como elemento primordial na busca do desenvolvimento sustentável. Este artigo visa apresentar elementos que ofereçam subsídios para a reflexão sobre a necessidade da disseminação de uma nova mentalidade com relação à responsabilidade ética dos agentes envolvidos na gestão empresarial, com relação ao processo de desenvolvimento socioeconômico mundial. Nesse sentido, procura-se mostrar que o engajamento ético visando a responsabilidade social deve ser visualizado como componente da cultura organizacional.

O objetivo da próxima seção será, em um primeiro momento, analisar do ponto de vista teórico, os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento e, em sequência, apresentar algumas políticas de implantação de estratégias de crescimento ambiental sustentável. Ligada à noção de desenvolvimento, a noção de sustentabilidade redefine a primeira, implicando até mesmo em uma mudança na visão pré-analítica da economia. De fato, a economia ecológica precisa da escala da economia tradicional redimensionando-a como subsistema de um sistema maior, justamente o do meio ambiente. São aqui analisados ainda as características e reflexos dos processos de desenvolvimento sustentável no contexto da responsabilidade social das empresas,

visando verificar como apenas através da integração destes dois objetivos, se concretiza a possibilidade de efetivação das mudanças desejadas de inclusão do país como concorrente no contexto mundial a partir da nova visão ética.

## **1.2 A evolução dos conceitos: Crescimento, Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável (?)**

Em economia, produção é “a atividade social que visa adaptar a natureza para a criação de bens e serviços que permitam a satisfação das necessidades humanas” (Gremaud *et al.*, 2007, p. 31). A partir do que resulta dessa atividade – o produto – é possível determinar o crescimento econômico de um país, quantificando-se o aumento (ou a diminuição) do produto em um determinado período. Mas o mesmo procedimento não vale para determinar o grau de desenvolvimento. Ambos os conceitos, crescimento e desenvolvimento, fundamentais em economia, são próximos entre si, mas não devem ser confundidos.

O conceito de crescimento econômico durante muito tempo foi entendido como de elevação futura da produção ao nível do aumento no passado. Schumpeter distinguiu claramente a diferença entre crescimento e desenvolvimento: “Nem o mero crescimento da economia, representado pelo aumento da população e da riqueza, será designado aqui como um processo do desenvolvimento” (Schumpeter, 1957). O autor refaz o conceito de desenvolvimento, acrescentando a condição da ocorrência de transformações estruturais na dinâmica elevação do crescimento da produção para satisfazer as necessidades humanas. Em suma, o crescimento econômico é a ampliação quantitativa da produção de bens e serviços que atendam às necessidades humanas, enquanto que o conceito de desenvolvimento é mais amplo e engloba a ideia de crescimento econômico.

Assim, o conceito de crescimento é puramente quantitativo, quer dizer, indica somente um aumento de produção, ainda que esse movimento ascendente seja durável e não aleatório. Este último aspecto é muito importante, pois, como não deixam de notar Bremond e Gelendan, o aumento do PNB devido a um clima favorável não pode ser considerado crescimento, pois um acaso climático desfavorável pode pôr a perder essa alta de produção. (Bremond e Geledan, 1981, p. 123). Na medida em que se reduz a um elemento quantitativo, o conceito de crescimento é englobado pelo de desenvolvimento, já que último este implica de modo concomitante, o incremento também qualitativo da produção. Para que um país seja desenvolvido, é preciso, não somente que seu produto

creança, mas que seja justamente distribuído e que o capital, daí resultante, seja empregado com vistas à melhoria das condições de existência dos habitantes de um dado território. Em outras palavras, “a ideia de desenvolvimento econômico está associada às condições de vida da população ou à qualidade de vida dos residentes no país” (Gremaud *et al.*, 2007, p. 59).

Assim, uma mudança relevante no entendimento das diferenças dos conceitos se refere à consideração de que a obtenção do desenvolvimento consiste nos efeitos que a elevação do bem-estar da população dos países – através de reformas estruturais – causaria na elevação não apenas da produção mas ainda do consumo global. No entanto, a correlação entre aumento do consumo e maior avanço ainda tem sido usualmente o indicador para a avaliação do desenvolvimento.

O que caracteriza a visão do desenvolvimento é o projeto social subjacente. Celso Furtado complementa a ideia salientando que o crescimento econômico, tal como era definido, fundava-se na preservação dos privilégios de camadas específicas da população que satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhora das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento e essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. (Furtado, 1984, p. 11).

Simon Kuznets que, na década de 1930, iniciou os contornos de uma contabilidade nacional ao definir com rigor conceitos como “produto”, “rendimento” e “despesa”, e que mais tarde seria conhecido como o “pai do PIB”, havia dado a primeira contribuição significativa à relação entre crescimento e distribuição de renda (Kuznets, 1955) ao lançar a hipótese do “U invertido”. Essa hipótese propunha que a desigualdade era crescente nos primeiros estágios do crescimento até um *turning-point*, a partir do qual, esta passaria a decrescer com o avanço do desenvolvimento. Ao invés de ser reconhecido o caráter descritivo desta curva em relação aos poucos dados disponíveis na época em seus específicos contextos, seu sentido foi rapidamente generalizado e simplificado em uma fórmula exaustivamente repetida ao longo do século XX: “é preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois reparti-lo”, ou ainda, na versão brasileira, “quando os ricos se tornarem mais ricos, os pobres se tornarão menos pobres”.

Segundo Ignacy Sachs (Veiga, 2008, p. 9), a partir do final da Segunda Guerra Mundial, com os movimentos de “descolonização e emancipação do

Terceiro Mundo, com a emergência do sistema das Nações Unidas”, o desenvolvimento passou a nortear a agenda global. Até meados da década de 1960, não se sentiu muita necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, uma vez que as poucas nações desenvolvidas eram, justamente, aquelas que se tornaram ricas pela industrialização.

Deste então, no decorrer da evolução socioeconômica das nações, o progresso técnico tem sido o elemento chave que impulsiona as economias, na busca do desenvolvimento, ou seja, na busca da melhoria dos padrões de subsistência das sociedades, desde que acarreta o aumento do produto gerado por trabalhador ou o aumento na relação produto/insumos. Nesse sentido, durante a evolução das sociedades, o desenvolvimento de novas tecnologias tem sido um agente relevante que conduz à expansão das oportunidades de combinações de recursos materiais e humanos disponíveis. A inovação tecnológica, portanto, decorre da necessidade de aumento da produtividade e da eficiência no uso dos recursos, e como consequência são observados reflexos consideráveis no caráter e na natureza do trabalho humano, com repercussões em mudanças sociais relevantes.

No entanto, a partir da elevação da velocidade e da intensificação da mudança tecnológica, na década de 1960, o aumento da competitividade internacional das empresas, que culminou posteriormente na transnacionalização da produção e na globalização econômica, conduziu muitos países à degradação ambiental crescente. Isto ocorreu através do esgotamento de recursos naturais utilizados de forma não planejada, de desperdícios desnecessários e da falta de cuidado com as formas de despejos ou aproveitamento de resíduos. Este modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios, ao observar-se, de um lado, riqueza e fartura no mundo com padrões de períodos anteriores bem sucedidos da história mundial e, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição que aumentam diária e continuamente.

Estas constatações levaram à polêmica sobre os limites ao crescimento mundial, como preconizavam os participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, particularmente sob a liderança do Clube de Roma, criado em 1968, congregando cientistas, economistas e altos funcionários governamentais de vários países. Esta reunião teve a finalidade de interpretar o que foi denominado, sob uma perspectiva ecológica, o “sistema global”. O arcabouço teórico do pensamento do Clube de Roma salientava que o planeta é um sistema finito de recursos, submetido às pressões do crescimento exponencial da população e da produção

econômica. Como propostas para as conclusões que apontavam um horizonte de colapso do sistema, foram divulgadas recomendações em torno da proposta do gerenciamento conjunto da demografia e da economia, a fim de alcançar um estado de equilíbrio dinâmico. Preconizavam medidas efetivas de controle da natalidade e mudanças radicais nos modelos produtivos, com ênfase numa economia de serviços, criando a “ecodiplomacia”, novo campo da política internacional (Meadows, Randers e Meadow, 2004; Edwards, 2009).

A observação das limitações ecológicas do planeta levou à consciência da necessidade da continuidade do aumento da produção e do consumo sem a destruição do ambiente, para que as gerações futuras tivessem a chance de existir e viver bem, através da melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência. A crítica de Celso Furtado (1974, p. 75-6) já havia ido mais longe em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, ao afirmar que naquele até então, o conceito de desenvolvimento desviava a centralização da atenção para as necessidades fundamentais da coletividade e do avanço da ciência, pois concentrava a atenção em objetivos como investimentos, exportações, crescimento econômico, levando a periferia a aceitar sacrifícios e compreender a necessidade de destruir o meio físico reforçando o caráter predatório do sistema produtivo. O autor já discernia a visão quantitativa do desenvolvimento de uma visão qualitativa, salientando que não há desenvolvimento sem um projeto social subjacente ao crescimento, ou melhor, à preservação dos privilégios da elite. Furtado, no entanto, não aponta uma solução possível.

Portanto, a sustentabilidade do desenvolvimento implica em sua manutenção e ampliação no tempo estendido do futuro. Qualquer política nesse sentido tem que pensar a população do país em termos de gerações, para garantir, aos vindouros, condições suficientes para uma vida saudável, o que implica a consideração de muitos séculos. A expressão “desenvolvimento sustentável” foi publicamente empregada pela primeira vez em agosto de 1979, num simpósio das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. Nesse momento, os ambientalistas eram sistematicamente acusados de serem contra o desenvolvimento. E, numa dessas discussões, alguns deles disseram a seguinte frase: “Não somos contra o desenvolvimento; apenas queremos que ele seja sustentável” (Veiga, 2008, p. 8).

Não obstante seu aparecimento, em fins da década de 1970, foi somente ao ser adotado como principal termo técnico em 1987, no documento *Our common future*, mais comumente conhecido como Relatório Brundtland (CMMAD, 1991) que o conceito de desenvolvimento sustentável ficou conhecido mundialmente. Refere-se ao desenvolvimento econômico consciente de responsabilidade socioambiental, visando satisfazer as necessidades do presente sem comprometer o ecossistema que sustentará a existência das gerações vindouras. Esse conceito foi definido durante a elaboração do Relatório pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) da ONU tem como base o tripé atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade. Neste contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável foi elaborado de modo a incorporar o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades.

Note-se que a ideia de desenvolvimento sustentado não pode ser confundida com a de desenvolvimento sustentável. Este é uma modalidade daquele, na medida em que é dimensionado no campo específico do meio ambiente. As políticas de médio e longo prazo para sociedade, portanto as políticas de desenvolvimento sustentado requerem não somente estratégias ambientais e econômicas, mas também geopolíticas e sociais. É o que lembra Osvaldo Sunkel (2001) quando afirma que, em tempos de globalização, quando se trata de instaurar uma interação vantajosa com o mundo, além do desafio do desenvolvimento sustentável, há também o desafio da internacionalização e o desafio da polarização social a serem enfrentados pelas nações em desenvolvimento.

O desafio da internacionalização é prioritário para estas economias. Ele significa a “criação de uma dinâmica de transformação estrutural recorrente em matéria de mercados, produtos, processos, organização, tecnologia e recursos, já que um maior crescimento exportador é condição essencial para o sucesso nas economias importadoras de bens de capital, tecnologias e bens de consumo sofisticados” (Sunkel, 2001). O desafio da polarização social também é incontornável, quando se pensa em estratégias sociais de médio e longo prazo particularmente para os países que apresentam fortes desigualdades. Tal desafio, por sua vez, significa que as políticas sociais devem ser consideradas no contexto do rompimento e reversão das “características sócio-demográficas diferenciadas entre as classes sociais e os mecanismos reprodutores de desigualdade que derivam dessas condições e as diferenças de acesso, qualidade, eficiência e permanência,

tanto nas atividades produtivas privadas, quanto na infraestrutura e nos serviços assistenciais públicos.” (Sunkel, 2001, p. 294).

O problema do desenvolvimento sustentável deve ser tratado no âmbito de políticas de médio e longo prazo, contribuindo, junto com os desafios da internacionalização e da polarização social, para um desenvolvimento sustentado de países menos desenvolvidos e em desenvolvimento. Na atualidade, o conceito de desenvolvimento sustentável, segundo Sachs (2008), acrescenta à dimensão da sustentabilidade social, a dimensão ambiental, vinculando estreitamente a temática do desenvolvimento econômico com a do meio ambiente dentro de uma perspectiva de médio e longo prazo.

As ideias de Amartya Sen tiveram grande influência para a reformulação dos conceitos, cálculos e classificações da nova visão de desenvolvimento, bem como nas análises comparativas entre países. Já em 1988, Sen (1999) chamava a atenção para o distanciamento que tem havido entre a economia e a ética, retratando deficiências na teoria econômica não apenas clássica e marginalista, mas também na contemporânea, que acabam ainda por desvirtuar efetivamente a noção de desenvolvimento na atualidade. Salienta que estas teorias destacam a centralização do pensamento no auto-interesse e na racionalidade do comportamento humano na ação econômica, mas que, no entanto, não necessariamente conduz de modo efetivo à melhoria das condições de bem-estar econômico. O autor chama a atenção para outros elementos de justiça distributiva como altamente contribuintes para a eficiência da ação de indivíduos e empresas, na complementação dos requisitos para o desenvolvimento buscado. Este deve resultar da interação e interdependência entre as teorias da economia e da ética.

A ideia mais clara de desenvolvimento de Sen é encontrada em sua obra “O desenvolvimento como liberdade” (2000). Suas novas concepções sobre desenvolvimento levaram órgãos como Banco Mundial a repensar suas políticas de apoio ao desenvolvimento em todo mundo, que passaram a focar a atenção mais efetiva nas estatísticas sociais além das de crescimento econômico e renda. A ideia básica de que crescimento sem desenvolvimento social não se reflete em desenvolvimento real, começou a ser discutida de acordo com a afirmação de Sen de que a desigualdade não surge apenas como resultado do processo de acumulação de capital, nem tampouco está relacionada a esse contexto. A concepção de desigualdade do autor ressalta a desigualdade de oportunidades pela privação de liberdades básicas, na desigualdade do indivíduo isolado, na ausência de condições iguais básicas de acesso à saúde, educação,

saneamento básico, alimentos, entre outros. Apenas a consecução dessas liberdades é capaz de dar às pessoas sua condição de “agentes” no contexto do desenvolvimento capitalista (Sen, 2000:333-334).

A obra de Sen traz a preocupação com a pobreza e a desigualdade, como condutores do desenvolvimento das nações em várias direções. A possibilidade dos indivíduos possuírem as liberdades enfatizadas os leva à noção de que produzem “capacidades” que definem comportamentos alternativos ao auto-interesse ressaltado na teoria econômica tradicional. A possibilidade destes comportamentos alternativos, não apenas em termos pessoais, mas também empresariais, tem um caráter produtivo, segundo o autor, desde que o “sistema global” da Economia teria muito a ganhar se suplementasse o comportamento auto-interessado com outras motivações como, por exemplo, se incorporasse uma noção de bem-estar mais abrangente que o consumo pessoal, o que significa um comportamento não estritamente orientado por objetivos guiados pelas regras convencionais vigentes. O comportamento auto-interessado restritivo estaria afetando não apenas a relevância da teoria econômica positiva como também a de seu afluente normativo, a economia do bem-estar.

Em sua argumentação, Sen mostra um exemplo em que analisa a expectativa de vida, a partir da baixa disponibilidade de alimentos e de indivíduos subnutridos na Grã-Bretanha durante a primeira metade do século XX. Nota que curiosamente, durante as I e a II Guerras, quando a disponibilidade de alimentos caiu, também caiu o estado de subnutrição, e aumentou a expectativa de vida (afora os mortos em combate) dos cidadãos em geral. Explica o fato pela ocorrência de medidas voltadas para o aumento no grau de compartilhamento e nas políticas públicas voltadas à manutenção da vida, bem como da criação do *National Health Service*, ações que, mesmo durante um lento crescimento econômico, foram capazes de promover uma rápida redução da mortalidade.

Outra comparação de Sen forneceu o contexto de seu questionamento acerca do sentido do conceito de desenvolvimento. Ao comparar a Índia com a China, Sen percebe que os 10% mais pobres da Índia possuem 3.7% do PIB, enquanto que na China, os mesmos 10% possuem 2.2%. Já os 10% mais ricos na Índia possuem 28.4% do PIB, e os mesmos 10% na China, 30.9%. Considerando, exclusivamente, a distribuição de renda, poderíamos ser levados a acreditar que a Índia é uma nação menos desigual que a China, no entanto, o índice de analfabetismo na China beirava em 1997 a 20%, quando na Índia correspondia a quase 50% da população adulta. Por outro lado, 63% das crianças da Índia

com menos de 5 anos sofriam de subnutrição, enquanto que apenas 17% sofriam na China. Portanto, conclui o autor, a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas e não apenas de baixa renda.

Dessa forma, a ideia renovada de Sen sobre o desenvolvimento conclui que a promoção da igualdade de condições mínimas de existência, visando livrar os indivíduos da fome, dar-lhes melhores condições de saúde e educação, são elementos básicos centrais para a transformação das pessoas em agentes em condição de participar e garantir o pleno funcionamento dos mercados e assim garantir o desenvolvimento: “*O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente*” (Sen, 2000: 10).

Isso significa dizer que quem é responsável e tem o poder sobre a riqueza, não é o indivíduo isolado, mas o capital produtor dessa riqueza. O indivíduo isolado poderia, quando muito, tornar-se representante desse capital, se for aceito e contratado para tal. Porém o capitalismo não é um modo de produção baseado no trabalho próprio, individual, mas na compra do trabalho alheio. E isso ganha força quanto mais se desenvolve o sistema capitalista no sentido de sua concentração e centralização materializada nas grandes empresas globais, o que está muito longe do produtor individual isolado. É nesse contexto que o papel das empresas se torna relevante e imprescindível para a efetivação das liberdades – conforme o pensamento de Sen – em complementação à função governamental.

Apesar da ampliação da conscientização sobre estas questões que surgiu durante os anos 1980 e 1990, o contexto socioeconômico e ambiental do mundo é hoje alarmante. De um lado, porque é muito considerável a defasagem de possibilidades entre países, o que gera a iniquidade e diferenciação entre classes sociais e grupos étnicos, de modo que os conflitos sociais permanecem intransponíveis em regiões com piores condições estruturais. De outro, porque a consciência sobre a crise ambiental, em determinados países menos privilegiados, não conseguiu se converter em ações políticas que tenham gerado algum êxito mais efetivo em amplitude global.

As diferenças mundiais nesta forma de desenvolvimento observadas no âmbito econômico exclusivo advêm do fato de que a competitividade tecnológica implica em custos elevados na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos, na sofisticação no atendimento da demanda e na provisão de assistência técnica. As empresas se reestruturam geograficamente, no sentido da competição a nível mundial, procurando as

vantagens comparativas de cada país. Dessa forma, a pesquisa tecnológica e científica em geral, tem um papel primordial na busca do desenvolvimento sustentável, desde que deve incluir a melhora da compreensão em áreas tais como mudança do clima, aumento da taxa de consumo de recursos, tendências demográficas e degradação do meio ambiente, bem como da interdependência dos ciclos hidrológicos, nutritivos e bioquímicos e das trocas de energia, que fazem parte do sistema terrestre.

A literatura sobre a questão da sustentabilidade mostra como a aplicação dos conhecimentos científicos é imprescindível para articular e apoiar as metas de desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação científica da situação vigente e das perspectivas futuras do sistema; este conhecimento fundamenta a criação de inovações atuais e futuras nas ciências, que objetivam facilitar os processos de tomada de decisões. Um caminho para a melhora da base científica dessas estratégias é uma melhor compreensão sobre os recursos naturais representados pela terra, oceanos, atmosfera e outros ambientais (Epstein, 2008; Groot e Wilson, 2002m Bell e Morse, 2010).

Do ponto de vista do consumo, a mundialização acarretou no desenvolvimento de semelhanças nas estruturas de demanda e, portanto, certa homogeneidade da estrutura de oferta dos vários países, o que possibilita ganhos de escala, uniformização de técnicas produtivas e administrativas e redução do ciclo do produto. Concomitantemente, a competição entre empresas se voltou não apenas para o produto, mas principalmente para a tecnologia dos processos produtivos.

Por sua vez, o consumo ocasiona impactos socioeconômicos e ambientais nas entrelinhas do crescimento que proporciona, embora se constitua como fato social e funcione como um sistema de comunicação que emite sinais sobre culturas e sociedades. Porém grande parte destes impactos, passam despercebidos todos os dias, assumindo a característica de uma espécie de consumo invisível, necessário à profusão dos bens e serviços rotineiros, como por exemplo, o consumo de água, energia, lixo e combustíveis fósseis, embutido e raramente contabilizado na produção dos ícones da cultura de consumo. É possível, no entanto, observar-se os impactos desta cultura, na sua articulação invisível com a pobreza (Lucas, 2006a: 73 e 2006b).

Dessa forma, o consumo pode ser observado do ponto de vista das famílias e das empresas. O foco nas famílias é observado em algumas pesquisas através de quatro categorias que são as principais responsáveis pelos efeitos crescentes da degradação ambiental: consumo de alimentação, moradia, transportes e turismo. Como contrapartida o consumo das empresas na utilização de insumos para o processo produtivo diz respeito

principalmente às possibilidades de esgotamento de recursos naturais e energéticos, adicionalmente à degradação ambiental por externalidades negativas, criadas pela eliminação indiscriminada e não reciclagem de resíduos.

A obtenção de padrões sustentáveis de consumo e produção é o desafio e a polêmica atual que envolve agentes socioeconômicos públicos e privados do mundo como um todo. Consumo sustentável significa o uso de bens e serviços que respondem às necessidades básicas de bem-estar das famílias e de insumos produtivos, minimizando o uso de recursos naturais, materiais tóxicos e emissões de resíduos e poluentes, de modo a não ameaçar as necessidades de futuras gerações.

### **1.3 A Institucionalização do Apoio ao Desenvolvimento Sustentável**

Das discussões sobre as necessidades de transformações nas definições de Crescimento, Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável surgiu a consciência da necessidade de institucionalização efetiva das ações para o estímulo à sustentabilidade do desenvolvimento. A difusão das ideias de Sen sobre desenvolvimento, que resultou na denominada “eco-diplomacia”, emergiu no final dos anos 1960, visando o debate entre os países acerca das questões ambientais de impacto global em um contexto em que paralelamente surgiu a teoria demográfica conhecida como Ecomalthusianismo.

Essa teoria, defendida pelo Clube de Roma criado em 1968 e formado por cientistas, economistas e funcionários governamentais de alto escalão, como ressaltado anteriormente, defendia a ideia de que o sistema global é formado por recursos finitos em acelerado processo de desgaste diante do crescimento populacional e das demandas produtivas do mundo contemporâneo, dentro da lógica de que quanto maior é a população, maior o consumo dos recursos naturais. (Meadows, Randers e Meadow, 2004). A lógica do Clube de Roma propôs a efetivação das medidas de sustentabilidade através do controle da natalidade nos países de maior crescimento populacional, como da América Latina, África e Ásia e como complementação propôs uma mudança estrutural da economia que deveria passar de uma economia de produção para uma economia de serviços. (Meadows, Meadows, Randers e Behrens III, 1972). A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, se realizou sob o clima dessas concepções e não mostrou resultados mais efetivos do que a criação do “eco-diplomacia”, novo campo da política internacional, além de produzir declarações diplomáticas genéricas.

Os críticos destas ideias salientavam que quando é recomendado o controle da

natalidade nos países pobres a teoria perde sua lógica, pois deve-se considerar as desigualdades no padrão de consumo entre os países centrais e os periféricos. Esta teoria demográfica atribui as responsabilidades pelo desastre ambiental mundial aos países pobres, desde que defende que são estes que devem controlar suas taxas de natalidade. No entanto, os críticos deixam de avaliar a desigualdade existente na distribuição dos recursos naturais e no consumo desses recursos, consumo este alto nos países centrais e limitado nos países periféricos. A questão resolve-se, portanto, ao se compreender que é a distribuição e o consumo desigual dos recursos que gera tais diferenças entre os países (Edwardds, 2009; Epstein, 2008; Bell e Morse, 2010)..

De modo concomitante desenvolveu-se a constatação de que o enfrentamento destas questões requer ações locais específicas e com este objetivo foram criadas instituições para o fornecimento de estímulos de várias ordens: à pesquisa, crédito, social, político e econômico, entre outros. Assim, a noção de desenvolvimento sustentável requer uma série de práticas que envolvem todos os agentes sociais e a criação de instituições de apoio, conscientização que embasou uma série de discussões no *International Council for Local Environmental Initiatives* (ICLEI), reunião na sede da ONU em 1990 (Sobral, 2003: 141).

Entre os dispositivos institucionais para a avaliação do desenvolvimento, assim definido, além da mensuração tradicional através de coeficientes tais como o capital empregado pelo trabalhador, o valor agregado pelo assalariado, entre outros, destaca-se a criação de indicadores sociais, tais como adequação ao bem-estar dos domicílios familiares, taxas de alfabetização, número de médicos por habitante etc. Nesse sentido, a ONU criou, em 1990, sob a responsabilidade dos economistas Amartya Sen e Mahbud ul Haq, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que vem sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para retratar o desenvolvimento social dos países<sup>3</sup>.

A questão da efetivação da institucionalização do desenvolvimento sustentável passou por uma segunda etapa da eco-diplomacia, quando em resposta ao Relatório Brundland, anteriormente citado, foram realizados os debates e conclusões da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada

---

<sup>3</sup> O IDH é uma média aritmética, que vai de 0 a 1, de três indicadores: um indicador de riqueza, quer dizer, o produto interno per capita; um indicador da esperança de vida ao nascer; e, finalmente, um indicador que representa as condições de educação da população levando em consideração o número de alfabetizados e de pessoas matriculadas em instituições de ensino.

no Rio de Janeiro, em 1992 (mais conhecida como a “Cúpula da Terra”, “Rio92” ou “Eco92”), que vinculou meio ambiente e desenvolvimento. A partir destes debates foi amadurecido e estruturado o nascente conceito de desenvolvimento sustentável, que passou a expressar a efetivação das estratégias econômicas e sociais destinadas a promover o crescimento da riqueza e a melhoria das condições de vida através de modelos capazes de evitar a degradação ambiental e a exaustão dos recursos naturais, conciliando-os ainda, com a diminuição da pobreza e da má distribuição de recursos no mundo. Além do mais, disseminou-se a consciência de que a avaliação e a atuação sobre os problemas ambientais necessitavam ser globais. Este encontro é considerado um marco relevante na reflexão sobre a questão ambiental e sua relação com o desenvolvimento, pois a ideia de desenvolvimento sustentável prosseguiu se efetivando e prevalecendo nas deliberações de organizações nacionais e internacionais de desenvolvimento (Kon, 2006).

A ECO-92 rejeitou a concepção vigente de que a defesa do meio ambiente pudesse conduzir à imposição de limites para o crescimento econômico dos países em desenvolvimento e destes debates emergiram tratados que identificam que as principais fontes de poluição ambiental se localizavam nos padrões de produção e consumo dos países desenvolvidos. A partir do tratamento do tema do aquecimento global destes debates foi criada a “Convenção do Clima” (*United Nations Framework Convention on Climate Change* – UNFCCC), que sintetizou um método de definição de metas de emissões para os países desenvolvidos – mas não para os países em desenvolvimento, naquele momento—para estabilizar as concentrações de gases de efeito de estufa em níveis que não impliquem alterações climáticas perigosas, de modo que permitam uma adaptação natural e progressiva dos ecossistemas às alterações climáticas. Na atualidade todos os membros das Nações Unidas assinaram e ratificaram a UNFCCC.

Em anexo à Convenção do Clima foi firmado em dezembro de 1997 o Protocolo de Kyoto, inaugurando uma terceira etapa da eco-diplomacia, quando foi fixado o compromisso compulsório de redução de 5% nos níveis de emissões de 1990, programada para ser atingida entre 2008 e 2012. Paralelamente foi criado um sistema de comércio de créditos de emissões entre os países, de modo a conferir flexibilidade ao tratado e reduzir os custos do ajuste das economias nacionais.

A implementação, por parte dos governos e de outros agentes sociais, de políticas que visem não somente o acréscimo quantitativo de sua produção, mas a melhoria de vida de sua população não pode, de forma alguma, ser considerada de um ponto de vista imediatista, mas a médio e longo prazo. Nessa perspectiva mais

longa, teríamos o anteriormente citado desenvolvimento sustentado, definido como: “Por desenvolvimento sustentado entende-se o desenvolvimento que, ao atender às necessidades do momento presente, não signifique um limite à possibilidade do atendimento das necessidades das gerações futuras” (Gremaud *et al.*, 2007, p. 78).

Como apoio ao desenvolvimento sustentável, algumas das principais instituições internacionais de fomento têm considerado em suas decisões de auxílio, os reflexos de investimentos no capital social dos países em desenvolvimento, voltado para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, estudos para o Banco Mundial realizados por Woolcock (1998) e Dasgupta (1998) ressaltam a importância de estimular o investimento a nível micro e macro, na capacidade organizativa através de instituições, relações, atitudes e valores que determinam a interação interpessoal e facilitam o desenvolvimento econômico e a equidade social, conforme o objetivo de sustentabilidade.

Em suas análises, o Banco Mundial distingue várias concepções de capital a serem estimulados com este objetivo: capital natural do país (recursos naturais), capital construído gerado pelo ser humano (infraestrutura, bens de capital, capital financeiro, comercial, etc.), capital humano (graus de nutrição, saúde, educação da população) e capital social (instituições, relações e normas das inter-relações sociais da sociedade).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Klugsberg, 2000), mostra a relevância do capital social, conceituando-o como incluindo normas e redes que facilitam a ação coletiva e contribuem para o benefício comum. Propõem o estímulo à análise e discussão dos desafios do desenvolvimento sustentável de cada país, através da formação de redes de centros de pesquisa acadêmica, empresarial e outros, para gerar e difundir o conhecimento através de meios de comunicação em massa, além de promover uma integração de programas sistemáticos de ensino que favoreçam o capital social sustentável.

Por sua vez, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (Lechner, 2000), estimula a ampliação de programas que fomentem relações informais de confiança e cooperação (entre famílias e colegas), a associatividade formal em organizações de diversos tipos e uma rede institucional normativa que fomente estas relações. Nesse sentido, a dinâmica das empresas privadas no caminho do desenvolvimento sustentável, envolve a participação na formação do capital social, de forma conjunta com a ação pública.

O recente relatório “Empregos verdes: trabalho decente em um mundo sustentável

e com baixas emissões de carbono”, da OIT (2008) assinado por Michael Renner, Sean Sweeney e Jill Kubit é importante documento na medida em que analisa e apresenta estimativas de respostas espontâneas da sociedade para a questão de como produzir para o consumo imediato sem comprometer o futuro. Tal resposta está na criação de empregos que contribuem “substancialmente para a preservação ou restauração da qualidade do meio ambiente” (OIT, 2008, p. 17).

#### **1.4 A Institucionalização do Desenvolvimento Sustentável no Brasil**

Uma das instituições precursoras que se dedicou à questão ambiental no país foi criada em 1986, sob a designação de Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA, 2011), com o intuito de reunir representantes municipais para congregar e representar os municípios brasileiros em assuntos relacionados ao meio ambiente a promover a cooperação e o intercâmbio permanente entre eles. Na década de 1990 sua efetividade evoluiu em um movimento de descentralização, com a criação de representatividade nas principais cidades brasileiras de secretarias municipais de meio ambiente. Consiste em uma entidade civil, sem fins lucrativos ou vínculos partidários, representativa do poder municipal na área ambiental, com o objetivo de fortalecer os Sistemas Municipais de Meio Ambiente para implementação de políticas ambientais que venham a preservar os recursos naturais e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos (Leme, 2010; Couvello, 2010).

Os objetivos elaborados no contexto da ANAMMA (2011) compreendem:

- Congregar e representar o órgão ambiental do poder executivo dos municípios, harmonizando e veiculando seus interesses em assuntos relacionados com o meio ambiente.
- Promover o fortalecimento dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente - SISMUNA, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.
- Desenvolver a cooperação e o intercâmbio permanente entre os municípios, visando à troca de opiniões técnicas e experiências profissionais.
- Intensificar a participação dos municípios na definição e execução da política ambiental do país, integrando os Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama.
- Cooperar na captação de recursos necessários ao desenvolvimento pelos municípios de projetos atinentes ao meio ambiente.

- Realizar congressos, encontros, simpósios, seminários, reuniões e cursos para estudo e debate de problemas vinculados aos seus objetivos.

A ANAMMA tem tido papel relevante na estruturação e resolução de conflitos interinstitucionais na área ambiental, desde 1999 através de suas Resoluções como, entre outras: a aprovação regando o Licenciamento Ambiental (resolução nº 237 do CONAMA), a criação das Comissões Tripartite Nacional e Estaduais, a criação e regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), aprovação da Política Nacional de resíduos Sólidos.

A instituição vem ocupando atualmente lugar de destaque no Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que através da Lei nº9. 795, de 27 de abril de 1999 estabeleceu diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental e através da Resolução CONAMA Nº 422/2010 de 23 de março de 2010, considera a Educação Ambiental um campo de intervenção social que promove o acesso da população à informação e a difusão da sustentabilidade. O CONAMA considera ainda sua função de garantir que as políticas de Meio Ambiente abordem a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, bem como o Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA. Nesse sentido, elaborou suas diretrizes que se referem à metodologia e conteúdos a serem aplicados no âmbito da educação, realizadas por instituições públicas ou privadas e da sociedade civil e de forma complementar, visa promover o fortalecimento da cidadania, difundir o meio ambiente, e transformar atitudes e comportamentos.

Ao considerar-se o estabelecimento de políticas e ações de sustentabilidade econômico-ambiental, a Agenda 21 publicada em 2000 sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, ganha importância na medida em que reúne o resultado de um amplo debate multissetorial da sociedade brasileira com vistas à “consolidação de um projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil” (MMA, 2000, p. 5). Estruturalmente, esse documento sistematiza de forma temática o desafio do crescimento ambiental sustentável, propõe uma metodologia para sua própria construção e implantação e sugere estratégias e ações concernentes ao tema.

Este documento contém propostas de natureza prática para um desenvolvimento que preserve e regenere o meio ambiente. Segundo Trindade (2001), a Agenda 21 é “uma ferramenta útil para organizar os esforços da sociedade para alcançar o desenvolvimento sustentável”, estando ela apoiada, fundamentalmente, em processos de decisão participativa. Tomando como matéria

os diálogos entre os *stakeholders*<sup>4</sup>, que definem o espaço mínimo de consenso, a Agenda 21 tem a virtude de inserir todos os agentes sociais importantes nas ações em prol de um desenvolvimento econômico que se reconcilie com a necessidade de manutenção do ecossistema. Esses agentes relevantes se integram em um processo decisório participativo que ocorre seja no nível social e organizacional, em que se determinam as prioridades, seja no nível gerencial e operacional, correspondente à execução do projeto, seja no nível técnico e científico, que provê a base do conhecimento (Sugahara, 2010).

Originalmente, foi concebida uma Agenda 21 Global para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, fruto de um processo preparatório de dois anos com extensas negociações entre os países membros. O documento foi então adotado como “um plano abrangente de ação para o desenvolvimento sustentável no século XXI, que considera a complexa relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente em uma variedade de áreas” (Trindade, 2008., p. 264-265).

A Agenda 21 global, por extensão do conceito, deu origem às Agendas 21 nacional. É o que se pode ler em seu parágrafo 37.5 em que se vê indicado que, “(...) como um importante aspecto do planejamento amplo, cada país deve buscar o consenso interno em todos os níveis da sociedade, acerca de políticas e programas necessários para implantação de sua Agenda 21”. Este consenso deve resultar de um diálogo participativo das partes interessadas relevantes e levar à identificação das demandas do desenvolvimento sustentável e oportunidades de investimento, das competências e capacidades institucionais necessárias, dos requerimentos científicos e tecnológicos, e do volume de recursos apropriados, para ampliar o conhecimento e a gestão do meio ambiente e, finalmente, para integrar desenvolvimento e meio ambiente (Trindade, 2001).

A Agenda 21 local é prevista de maneira mais explícita quando, no parágrafo 28.3, se solicita que as autoridades estaduais se engajem em diálogo com seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas adotem uma Agenda 21 estadual.

---

<sup>4</sup> *Stakeholders* “são partes interessadas em situações onde há conflitos inerentes. Por exemplo, no transporte público os *stakeholders* relevantes são os usuários, os transportadores, os fabricantes de veículos, os fornecedores de combustível, e o agente regulador” (MMA. 2000., p. 261).

Dentro do espírito da Agenda 21 Global adotada pela Conferência Rio-92, a Agenda 21 Brasileira se coloca como “um forte instrumento que permite definir e implementar políticas públicas com base em um planejamento participativo voltado para as prioridades do desenvolvimento sustentável” (MMA, 2000, p. 04).

Compõe-se de dois documentos distintos: Agenda 21 Brasileira – ações prioritárias, e Agenda 21 Brasileira – Resultado da Consulta Nacional. O primeiro “estabelece os caminhos preferenciais na construção da sustentabilidade brasileira”, e o segundo “apresenta em detalhes o processo de construção da Agenda 21 Brasileira e as diferentes propostas resultantes dos debates estaduais” (MMA, 2000).

Com respeito ao primeiro, em sua “Plataforma das 21 Ações Prioritárias”, o programa é sistematizado em 5 grandes temas: 1) A economia da poupança na sociedade do conhecimento; 2) Inclusão social para uma sociedade solidária; 3) Estratégia para a sustentabilidade urbana e rural; 4) Recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas; e, finalmente, 5) Governança e ética para a promoção da sustentabilidade. Dentro desses grandes grupos temáticos, são elencados 21 objetivos a serem alcançados com vistas a uma execução de políticas de desenvolvimento sustentável em âmbito nacional. Trataremos de todos esses objetivos determinando sucintamente seu conteúdo.

**ETc.**

#### Bibliografia

UN, *Sustainable Development: From Brundtland to Rio 2012 Background Paper*, UN Headquarters, New York, 2010.

OED, *Sustainable Development: Linking economy, society, environment*, OECD, 2008